

PAULO MARQUES

CRIME DE ABUSO DE CONFIANÇA FISCAL E RESPONSABILIDADE SOCIETÁRIA

PREFÁCIO

PROF. DOUTOR GERMANO MARQUES DA SILVA

ÍNDICE

Prefácio.....	9
Nota do autor.....	13
Agradecimentos.....	15
Principais Breviaturas	17
I. O BEM JURÍDICO TUTELADO	19
1. Património	19
2. Confiança	24
3. Autoridade pública	30
II. O REQUISITO DA «APROPRIAÇÃO» E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO, DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA.....	33
1. No Regime Jurídico das Infracções Fiscais não Aduaneiras	33
2. No Regime Geral das Infracções Tributárias.....	39
III. A (IM)PROCEDÊNCIA DO CONFLITO DE DEVERES.....	53
IV. A (IM)PROCEDÊNCIA DO ESTADO DE NECESSIDADE DESCULPANTE	61
V. CRIME OMISSIVO.....	65
VI. NORMA PENAL EM BRANCO	69
1. Substituição tributária	70
2. Repercussão de imposto	71
VII. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO IVA.....	75
VIII. A RELAÇÃO JURÍDICA DE IMPOSTO E O PRINCÍPIO DA SUFICIÊNCIA EM PROCESSO PENAL TRIBUTÁRIO.....	79
IX. CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE (ARTIGO 105.º, N.º 4, DO RGIT)	83
1. Conceito.....	83

2. A mora qualificada.....	85
3. Consumação do crime.....	86
4. Dever de instauração do processo.....	87
5. Procedibilidade <i>versus</i> punibilidade.....	88
6. Exigência de notificação.....	88
6.1. Competência.....	90
6.2. Imposto a entregar: a sua quantificação e realização.....	91
6.3. Oportunidade derradeira de afastamento da sanção.....	98
6.4. Desobediência à notificação.....	102
6.5. Descriminalização ou despenalização?.....	102
6.6. Aplicação da coima.....	108
6.7. Direito de defesa?.....	109
6.8. Os destinatários da notificação.....	110
X. LIMITE QUANTITATIVO.....	113
1. Preliminares.....	113
2. Abuso de confiança fiscal e contra a segurança social.....	113
3. Limite por declaração.....	118
4. Falta de entrega de prestação tributária igual ou inferior a € 7.500.....	120
XI. O RECEBIMENTO DA ACUSAÇÃO EM PROCEDIMENTO CRIMINAL.....	123
XII. CONCURSO DE INFRACÇÕES OU CRIME CONTINUADO?.....	127
XIII. A ACTUAÇÃO DA AT NO ÂMBITO PENAL.....	137
XIV. A (IN)COMPATIBILIDADE ENTRE O DEVER DE COOPERAÇÃO E O DIREITO À NÃO AUTO-INCRIMINAÇÃO — O PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA VS. PROCESSO DE INQUÉRITO CRIMINAL FISCAL.....	139
1. Enquadramento.....	139
2. O dever de colaboração no procedimento tributário.....	142
3. O direito ao silêncio, em especial no processo de inquérito criminal.....	145
4. A difícil conciliação do dever de colaboração com o direito ao silêncio.....	153
XV. RESPONSABILIDADE PENAL, TRIBUTÁRIA E CIVIL DOS GERENTES OU ADMINISTRADORES PELA FALTA DE ENTREGA DE IMPOSTO.....	167
1. A responsabilidade <i>penal</i> fiscal <i>cumulativa</i>	167
1.1. A posição de garante: os gerentes ou administradores, em especial.....	170
1.2. A gerência <i>de facto</i> ou <i>nominal</i> ?.....	172
1.3. Da gestão à vigilância.....	177
2. A responsabilidade <i>tributária</i> dos gerentes ou administradores.....	180
3. A responsabilidade <i>civil</i> pelo não pagamento das coimas.....	187
Bibliografia.....	197
Índice.....	211



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt